

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRE MARTINS SILVA

A DUALIDADE ADMINISTRATIVA NA CIDADE DE CAMPO LARGO

**CURITIBA
2011**

ALEXANDRE MARTINS SILVA

A DUALIDADE ADMINISTRATIVA NA CIDADE DE CAMPO LARGO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Políticas Educacionais no Curso de Pós-Graduação em Educação do Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Tais Moura Tavares

**CURITIBA
2011**

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Tais Moura Tavares pela orientação, paciência e sugestões que possibilitaram a realização deste trabalho.

RESUMO

A descentralização da educação no Brasil ocorre desde o segundo império e é um processo pelo qual o governo central delegou às províncias a responsabilidade da instrução pública. Atualmente é também conhecido por municipalização e a sua ênfase recai sobre os recursos humanos e financeiros transferidos para estados e municípios gerirem a educação. Na década de 1990 a descentralização ganha força, porém dentro de uma lógica de otimização de recursos financeiros visando à redução dos gastos públicos. A criação do FUNDEF propulsiona a municipalização através de repasses de recursos financeiros para o Ensino Fundamental de estados e municípios, tendo também como aliado a LDB 9394/96, a qual define atribuições e competências dos entes federados. No Estado do Paraná a partir de 1991 é intensificada a municipalização, esta ocorre através de parcerias entre a Secretaria de Estado da Educação e municípios, processo conhecido por estadualização, ou seja, o estado assume nos municípios as 4 (quatro) séries finais do Ensino Fundamental, inclusive na cidade de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, a qual possui características interessantes de serem estudadas.

Palavras-chave: Descentralização. Municipalização. Estadualização. Dualidade administrativa.

ABSTRACT

The decentralization of education in Brazil is from the Second Empire and is a process by which the central government has delegated to the provinces the responsibility of public education. Currently he is also known for municipalization and its emphasis is on human and financial resources transferred to states and municipalities to manage education. In the 1990 decentralization gains strength, but within a logic optimization of financial resources in order to reduce public spending. The creation of FUNDEF propels the municipalization through transfers of financial resources for the elementary school of states and municipalities, and also as an ally in LDB 9394/96, which defines roles and responsibilities of counties. In the State of Paraná from 1991 municipalization is intensified, this occurs through partnerships between the State Department of Education and municipalities, a process known as state governments, or municipalities in the state takes the 4 (four) grades of Education Fundamentally, including the city of Campo Largo, metropolitan region of Curitiba, which has interesting features to be studied.

Keywords: Decentralization. Municipalization. State governments. Administrative duality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO DA DUALIDADE ADMINISTRATIVA	9
2 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL.....	11
2.1 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ.....	13
2.2 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO EM CAMPO LARGO.....	19
3 DUALIDADE ADMINISTRATIVA.....	23
4 GESTÃO ESCOLAR.....	25
4.1 PROBLEMAS DE GESTÃO NAS ESCOLAS COM DUALIDADE	
ADMINISTRATIVA.....	27
5 ANÁLISE DO IDEB.....	33
6 ANÁLISE DA TAXA DE RENDIMENTO	36
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS	43

1 INTRODUÇÃO

O processo de descentralização da oferta de ensino fundamental no Estado do Paraná vem ocorrendo desde 1950, sendo o marco de todo este processo a lógica financeiro-administrativa e a pressão por parte do governo estadual para a adesão a este processo, como nos lembra Barbosa (2008):

A Municipalização do ensino fundamental como uma política de Estado toma forma evidenciando duas características centrais: a primeira é a lógica administrativo-financeira; a segunda característica, decorrente da primeira, são a focalização e o localismo das políticas educacionais. (BARBOSA, 2008, p.51).

O processo é também chamado de estadualização quando o governo do estado assume a última etapa do Ensino Fundamental e, municipalização quando o município assume a primeira etapa do Ensino Fundamental. Esses movimentos implicam a criação de escolas pelos respectivos entes federativos, com a construção de novos prédios escolares, o repasse de estabelecimentos de uma rede para outra e a convivência, em um mesmo espaço predial, de escolas da rede municipal e da rede estadual, o que aqui se denomina *escola de dualidade administrativa*.

O período que nos interessa é marcado pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), a criação do FUNDEF (9424/96) e sua implementação em 1998. A primeira define os regimes de colaboração e a segunda trata sobre o financiamento do Ensino Fundamental.

No Estado do Paraná a municipalização do ensino se processa sob a divisão de responsabilidades e

Como resultado desse processo e parcerias, a municipalização do ensino no Estado do Paraná se configura como uma parceria técnico-administrativa, definida pela oferta da 1ª a 4ª série com predominância nas redes municipais de ensino e a oferta de 5ª a 8ª série na rede estadual. (BARBOSA, 2008, p.65).

A estadualização/municipalização¹ do modo como foi elaborada e implementada esteve marcada pelo caráter impositivo do governo estadual em

¹ Para um aprofundamento ver: BARBOSA, Aparecida Reis (2008). *A Relação Estado/Município na passagem da 4ª para a 5ª série em Curitiba*. Dissertação de Mestrado. UFPR - Educação. Curitiba/PR.

relação aos municípios, por meio de instrumentos legislativos como: a Lei Estadual 13116/01, que versa sobre os recursos do salário educação, distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes, cuja lei Gouveia e Souza (2001) ² destacam como o último capítulo da municipalização do Estado; Lei 13.226/01 que dava um prazo ao município de 360 dias para totalizar o processo de municipalização das séries iniciais do Ensino Fundamental. Sendo assim “essa condição explicita o caráter autoritário e unilateral da política de municipalização, na medida em que impõe aos municípios um modelo pré-definido, sem possibilidade de negociação” (BARBOSA, 2008, p.66).

Nos termos em que se realizou essa imposição, ora com mais, ora com menos concordância política entre estado e município, a adesão à política estadual envolveu ainda divisão de espaço, pois através da estadualização o governo, a rede estadual além de assumir os alunos da etapa final do Ensino Fundamental, também comporta a criação de escolas nos prédios municipais.

No município de Campo Largo, objeto desse estudo, o processo de municipalização ocorreu no período de 1995 a 1999 quando era governador Jaime Lerner (PDT até 1998, depois PFL) e o prefeito Newton Puppi (PFL - 1997/2000), o que torna o processo de estadualização/municipalização mais flexível e rápido já que havia aliança política entre os governos municipal e estadual.

O fato ocorrido no município de Campo Largo é que neste período criam-se as escolas estaduais que atendem a última fase do Ensino Fundamental, porém em muitos casos não há a construção de uma nova escola, o que ocorre é a cessão de algumas salas municipais³ para que a escola estadual possa existir e isto acaba criando a dualidade administrativa.

Isso ocorre num período marcado pelo lernismo⁴, que é

Um modelo de concepção e gestão do Estado que, na década de 90, sustentará a adequação ao novo patamar de acumulação, dentro do processo dito de globalização da economia, a partir do modelo neoliberal. (TAVARES, 2004, p.24).

² GOUVEIA, Andréa Barbosa e SOUZA, Ângelo Ricardo (org). O Financiamento da educação e o FUNDEF no Paraná. Curitiba. UFPR, 2001. BARBOSA, 2008, 116.

³ Há alguns poucos casos inversos, na sua grande maioria a escola municipal é que cede salas de aula.

⁴ Para um melhor entendimento ver: TAVARES, Tais Moura (2004). *Gestão Pública do Sistema de Ensino do Paraná* (1995- 2002). Tese de Doutorado em Educação e Currículo. São Paulo: PUC - SP.

Nesse período a visão neoliberal predomina e os privilégios são voltados para o privado e são implantados novos sistemas gerenciais para a educação, tanto no plano federal quanto estadual há busca de redução de custos nas políticas sociais, o que pode explicar, por exemplo, o aproveitamento de espaços já existentes, ao invés da ampliação da rede física escolar.

Há vários estudos que remetem a estadualização/municipalização, porém no que concerne a dualidade administrativa há ainda uma lacuna a ser preenchida, o que se torna importante se considerarmos que esse é um processo causador de transtornos para as escolas do ponto de vista da gestão e, conseqüentemente, do desempenho pedagógico.

Ao se tomar contato com as escolas que possuem dualidade administrativa, é visível que a situação mexe com a rotina, a ponto de ser relatada no próprio Projeto Político Pedagógico, como um empecilho para a melhoria da qualidade. Neste sentido buscou-se fazer um levantamento histórico de como as escolas chegaram nesta realidade e que fatores levaram à utilização de um mesmo ambiente por duas redes distintas.

O estudo buscou, através de levantamento bibliográfico, entender o processo de descentralização posto em prática no Brasil, no Paraná, nos municípios e a lógica seguida neste processo. Conceitua o que é a *Dualidade Administrativa* e quais seus efeitos para as escolas envolvidas. E para isto o município escolhido foi Campo Largo, cidade da Região Metropolitana de Curitiba. Para entender os problemas de gestão das unidades escolares que convivem com a dualidade administrativa, privilegiou-se a ótica da estadualização. Foram levantados dados por meio da análise dos projetos políticos pedagógicos das escolas estaduais novas e que foram criadas no processo de municipalização/estadualização e que possibilitaram a análise da problemática em questão.

1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO DA DUALIDADE ADMINISTRATIVA

O objetivo do presente trabalho é analisar o processo de descentralização ocorrido na cidade de Campo Largo na década de 1990 e seus reflexos nos ambientes escolares em que ocorre a dualidade administrativa.

Para isso, esse objetivo se desdobra nos seguintes:

- Verificar a relação entre as datas de criação das escolas estaduais entre 1996 a 1999 e a efetiva implantação do FUNDEF, considerando as motivações de ordem administrativo-financeira nesse processo.
- Analisar, nesse processo, o impacto da criação da FUNDEF no financiamento disponível para o ensino médio, não contemplado neste Fundo.
- Identificar a percepção das escolas em relação às dificuldades cotidianas em relação à gestão e funcionamento escolar nos estabelecimentos com dualidade administrativa. Analisar como os diretores percebem todo esse processo do qual fazem parte e buscar compreender se neste espaço permeado por conflitos de gestão, o pedagógico também acaba por assimilar este ambiente, o qual prejudicada a aprendizagem dos alunos.

2 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

A descentralização é um processo que vem ocorrendo no Brasil desde o Ato Adicional de 1834 do segundo império, neste o governo central delega às províncias a responsabilidade pela instrução pública.

No período republicano essa idéia ganha apoio do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 e culmina com a incorporação desta na Constituição de 1934. O Estado Novo é um período de maior centralização, entretanto, na década de 40, é retomada a proposta da descentralização. Na época do golpe militar, em 1964, enfatiza-se a proposta de repasse progressivo da responsabilidade da oferta do ensino de 1º grau para os municípios, o que ganha corpo, no processo de democratização ao longo da década de 1980 com o movimento municipalista e a argumentação de que a municipalização propiciava a aproximação da população com o poder público e instaurava a gestão democrática (CUNHA, 2006, p.2).

A municipalização pode ser considerada descentralização, pois trata-se de uma política que transfere definições e recursos aos estados e municípios para gerirem a educação pública. A municipalização ocorre em diferentes graus e setores, sendo fator principal no debate a questão sobre os recursos humanos e financeiros, principalmente depois da Constituição Federal de 1988, quando os municípios são elevados à condição de entes federados. Pela primeira vez em uma constituição brasileira, os municípios são considerados possuidores de sistemas municipais de ensino, sendo delimitados os níveis de ensino em que atuam.

A descentralização/municipalização ganha força na década de 1990, dentro de uma lógica de otimização de recursos financeiros, como nos lembra Souza (2004, p.928): “nos anos 90 o caminho adotado passa a ser o da racionalidade financeira (implicando redução dos gastos públicos e do tamanho do Estado, assim como aberturado país ao capital financeiro internacional)”, principalmente a partir de 1995 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a presidência da República.

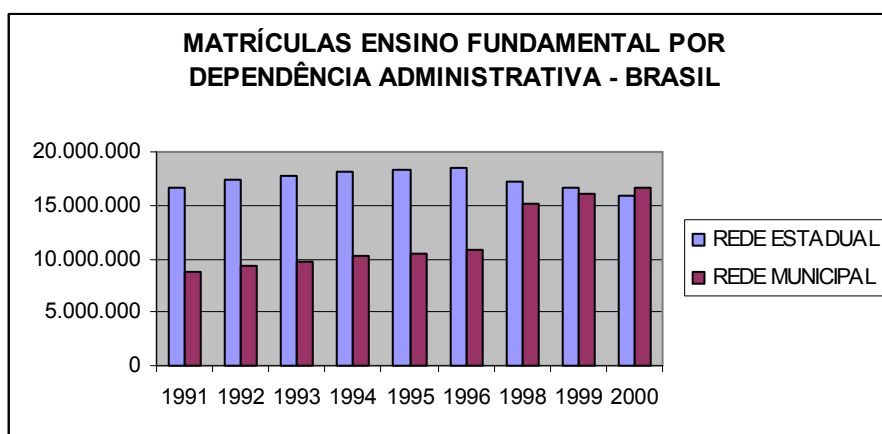
Em 1996 é elaborada a Emenda Constitucional 14/96, a qual cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que distribui recursos para o Ensino Fundamental entre Estados e Municípios, de acordo com o número de matrículas nas respectivas redes. O fundo é

regulamentado pela lei 9424/96 e a partir de 1998 é considerado o propulsor da municipalização do ensino no Brasil.

Há nítidos efeitos descentralizadores nestas reformas, como bem nos lembra Cunha:

A partir dessas reformas educativas empreendidas no país nos últimos anos, em que inserem as instâncias municipais na perspectiva de ampliação dos seus serviços em matéria de educação, verifica-se, de fato, um aumento significativo das matrículas nas redes municipais de ensino” (CUNHA, 2006, p.5).

Este fato pode ser observado no gráfico abaixo:



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

Porém há vários problemas encontrados, entre eles a insuficiência dos recursos repassados pela União aos Estados e Municípios, a debilidade da capacidade administrativa dos municípios, bem como a presença de traços políticos arcaicos com impacto nos processos de democratização da gestão , particularmente na esfera municipal:

Só que os resultados da municipalização das políticas foram bastante díspares, pois resultados negativos também foram produzidos. Entre estes, destacam-se a dependência financeira ou a escassez de recursos para dar conta das demandas dos cidadãos; baixa capacidade administrativa, o que implica dificuldade para formular e implementar os programas governamentais, mesmo quando há dinheiro federal ou estadual envolvido; e os males que atrapalham a democratização dos municípios, como o clientelismo, a “prefeiturização” (isto é, o excesso de poder nas mãos do prefeito), o pouco interesse em participar politicamente e/ou de controlar os governantes (ABRUCIO, 2010, p.46)

A municipalização é uma realidade, principalmente porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 induz a isso, quando define as atribuições e competências dos entes federados e que

[...] culmina um processo que vinha se constituindo na história educacional brasileira, no qual a educação para a maioria da população, jamais foi uma real preocupação do Governo Central, seja na Colônia, no Império ou na República (SOARES, 2005, p.134).

Uma das conseqüências da legislação é que os municípios aderem à municipalização devido a transferência de recursos da União, assumindo as omissões do Governo Federal e dos governos estaduais com as políticas educacionais e estados, sem levarem em consideração as dificuldades de suas próprias redes de ensino e os limites de assumir com qualidade um aumento da responsabilidade quanto a oferta pela educação básica.

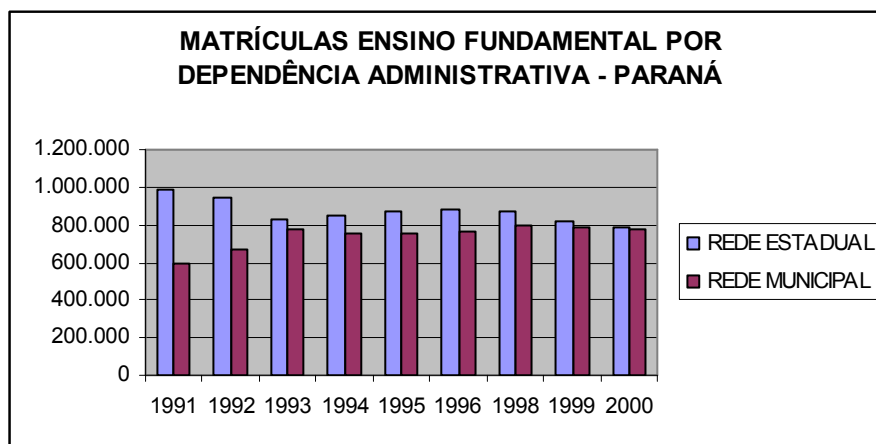
2.1 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ

No Estado do Paraná há três grandes momentos no processo de descentralização, o primeiro devido ao processo de constituição e das leis e reformas nacionais de educação de 1961 e 1971 que tinham uma orientação descentralizadora que colaborará com a municipalização do ensino. Estas datas são importantes, pois, em 1961 é aprovada a LDB 4024 e em 1971 a Lei 5692 que institui a reforma do ensino de 1º e 2º graus, sendo que nesta lei já há um estímulo para a passagem progressiva do ensino de 1º grau para os municípios.

O segundo momento ocorre entre 1971 e 1981, quando o Governo Federal e Estadual buscam fortalecer a gestão municipal em busca de municipalização. Neste período ocorrem vários programas e convênios entre o Estado e os Municípios visando viabilizar que o município assumisse o ensino de 1º grau, enquanto o Estado elaborava as diretrizes gerais e a cooperação financeira.

O terceiro momento tem como influência a Constituição de 1988, que embasa o modelo paranaense que vai de 1990 a 1997 e “que foi movido e promovido exclusivamente pela lógica financeiro administrativa, e que passaram a funcionar como parâmetro para o modelo paranaense que vigorou de 90 a 97” (SOARES, 2005, p.178).

Como se pode ver no gráfico, no estado do Paraná o crescimento da oferta da primeira etapa do ensino fundamental pelas redes municipais já está quase plenamente consolidada no início da década de 1990.



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

É perceptível que antes de Constituição de 1988 já havia ações para a municipalização, porém esta constituição fortalece a descentralização quando institui os municípios como entes federados, responsáveis pelos recursos e pela organização do seu sistema de ensino em regime de colaboração com o Estado e a União.

Neste período ocorre uma crise fiscal do Estado brasileiro e os municípios começam a assumir mais encargos e no Paraná há um déficit nas contas públicas, acarretando perdas para os profissionais da educação e neste mesmo período o governo havia elaborado o Ciclo Básico de Educação que visava diminuir o índice de reprovação das séries iniciais do Ensino Fundamental. Estes dois acontecimentos é que norteiam as políticas de municipalização no Estado do Paraná e são seguidas de resistência dos municípios e da comunidade educacional (SOARES, 2005, p. 180).

No Estado do Paraná a partir de 1991 é intensificada a municipalização sob influência das reformas econômicas do governo federal visando adequar-se às exigências da economia mundial, sendo que no estado o processo não é diferente, pois a “municipalização do ensino foi essencial na estratégia de diminuição de recursos aplicados pela SEED, principalmente, nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, pois, o mesmo visava exclusivamente a dimensão financeira”

(SOARES, 2005, p.183). A descentralização do ensino no Estado do Paraná ocorre pela via da municipalização do ensino de 1ª a 4ª série, cabendo aos municípios aplicar as políticas definidas pela SEED.

A parceria entre estado e municípios foi firmada através de uma regulamentação que foi sendo alterada e ajustada para superar as dificuldades e acabou tendo três versões. A primeira é do ano de 1991 e previa que os municípios deveriam firmar um acordo com o Poder Público Estadual, o chamado *Protocolo de Intenções*, para conjuntamente ofertar o ensino pré-escolar e fundamental na rede pública.

A segunda fase, com o *Termo de Cooperação Técnica Financeira*, previsto para entregar em vigor a partir de março de 1991, tinha como ênfase a cedência de servidores estaduais ou recursos para a rede municipal e previa ações conjuntas coordenadas pela SEED.

A terceira lançada em 1992 configura-se pelo *Termo Cooperativo de Parceria Educacional* (TCPE). Neste Termo constam as obrigações da Secretaria da Educação (SEED) e do município parceiro. A SEED-PR tinha como obrigações o repasse de professores do seu quadro e que atuavam de 1ª a 4ª séries, pré-escola, educação especial e supletivo fase I, orientação técnica pedagógica, cursos para treinamento, repasse de recursos e “manter em parceria os prédios estaduais e equipamento, quando utilizados pela SEED-PR” (SANTOS, 2003, p.269). O município parceiro deveria aplicar 25% da receita de impostos, prestar contas à SEED, informar a matrícula dos alunos, seguir as modalidades previstas no Termo, regularizar sua rede em 90 dias e aplicar as normas e conteúdos mínimos para as diferentes modalidades de ensino (SANTOS, 2003, p.269).

É interessante observar este Termo “pois o que está efetivamente regulado se refere ao repasse de recursos financeiros, mesmo considerado o conteúdo das Instruções Normativas que acompanham o documento do TCPE” (SANTOS, 2003, p.270).

O que é perceptível é que todo o processo é gerido pela instância estadual e visa fazer com que os municípios apliquem as receitas definidas constitucionalmente e conseqüentemente ampliem o atendimento escolar. Mas o que acaba ocorrendo é a separação do ensino fundamental em dois blocos, o que acarreta desigualdades geradas pelas distintas condições político-financeiras e administrativas de cada esfera do governo.

O processo de municipalização no Estado do Paraná demonstra uma desresponsabilização do estado com o ensino fundamental que, ao transferir os custos desta modalidade para os municípios, estava ciente dos problemas cada vez maiores sobre o financiamento desta etapa de ensino.

É importante destacar que todo esse processo ocorre antes da criação do FUNDEF e que ao passar a responsabilidade aos municípios o estado visava a redução da sua parte dos recursos, independentemente das implicações de tal transferência.

A descentralização/municipalização no Estado do Paraná é um processo antigo e que ocorre antes da criação do FUNDEF, porém se efetiva realmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando então a descentralização da educação se torna lei e é implantado o regime de colaboração entre União, estados e municípios.

Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é atribuída uma maior autonomia aos municípios, também neste momento há uma forte pressão de órgãos e instituições internacionais na defesa da descentralização, como o Banco Mundial (BM), UNESCO, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), UNICEF, entre outros. Todos estes órgãos defendem a

[...] descentralização como forma de desburocratização do Estado e de abertura a novas formas de gestão da esfera pública; da autonomia gerencial para as unidades escolares e, ainda, da busca de incrementos nos índices de produtividade dos sistemas públicos, marcadamente sob inspiração economicista e neoliberal, em que pese, também, as diferentes formas que a descentralização da educação veio a assumir na América Latina (SOUZA; FARIA, 2004, p.927).

A Emenda Constitucional nº 14 /96 propõe a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF - Lei 9424/96), que é um fundo que visa o repasse de recursos do estado ao município, tendo por base o número de alunos matriculados. Também normatiza aspectos da colaboração que deve ocorrer entre os entes federados com relação a planejamento e divisão de encargos.

A municipalização do ensino no Brasil segue uma lógica econômico-financeira o que torna difícil o regime de colaboração entre os entes federados e por isso o

FUNDEF é tão importante, apesar de muitos municípios sentirem-se excluídos da sua formulação. O Brasil ainda não tem uma colaboração efetiva,

Mesmo com a maior municipalização e responsabilização no ensino fundamental, ainda existem lugares onde há uma forte divisão da rede entre estados e municípios e, afora os mecanismos financeiros vinculados às matrículas, não há hoje outro indutor de coordenação entre eles. (ABRUCIO, 2010, p.65).

Segundo Abrucio (2010, p.65), para que o regime de colaboração se efetivasse seria necessário “a institucionalização de fóruns de negociação federativa, a melhor definição e/ou medidas para induzir o papel coordenador do nível estadual e o fortalecimento da cooperação e associativismo entre os municípios”. O regime de colaboração recíproca supõe finalidades e normas gerais de forma articulada entre os sistemas, o que a LDBEN tentou efetivar ao atribuir aos entes federados políticas importantes, porém faltou articulação e compromisso.

Na LDBEN consta que a responsabilidade do estado é pelo ensino fundamental e ensino médio, sendo que este deve colaborar com os municípios na oferta do ensino fundamental. Na Constituição Federal é delegado aos municípios o ensino fundamental e a educação infantil, sendo que também deve agir em colaboração em programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.

A Constituição Federal (CF) de 1988 prevê a participação dos entes federados em regime de colaboração e

[...] referendou uma estrutura federativa fundamentada num sistema de cooperação, o que abria margem para desvios quanto às responsabilidades por parte das esferas subnacionais, uma vez que não ficava clara a competência de cada um. Uma nova etapa surgiu mediante a promulgação da LDB, que atribui aos níveis de governo competências e responsabilidades específicas para com os níveis de ensino, sem, contudo, descartar a necessidade de cooperação técnica e financeira entre as unidades federadas ou infringir o princípio da autonomia. (CASTRO, 2010, p.167).

A contribuição de competências atribuídas na CF/88 faz com que o município atue de forma compartilhada no Ensino Fundamental e também devido ao FUNDEF, os recursos do município são ampliados devido a partilha do orçamento educacional o que leva a

[...] diminuição da importância relativa do poder de financiamento dos governos estaduais decorre, em grande medida, do regime de colaboração e da própria estrutura de financiamento da educação pública. O Fundef, aliado ao preceito constitucional que responsabilizava também os municípios pelo atendimento ao ensino fundamental – e que levou a um aumento da matrícula da rede municipal nesse nível de ensino – fez com que uma grande parcela de recursos estaduais fosse transferida para os municípios. (CASTRO, 2010, p.179).

Em 2006 é criado, pela Emenda Constitucional nº 53, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Lei 11.494/07), que tem os mesmos princípios do FUNDEF, porém com alterações ao incluir as demais modalidades de ensino na estrutura de financiamento, o que faltou para a primeira versão do fundo, porém neste momento o processo de municipalização já estava posto.

A municipalização/descentralização é considerada uma medida moderna de gestão pública na busca de eficiência e eficácia e “assim, é difundida como um poderoso mecanismo para corrigir as desigualdades educacionais, por meio da otimização dos gastos públicos” (AZEVEDO, 2002, p.54). Sendo assim, a análise da municipalização deve levar em conta a lógica economicista presente na descentralização pregada por instituições internacionais como o Banco Mundial (BM), UNESCO, BIRD, UNICEF.

O processo de municipalização, como já visto, é um processo que vem ocorrendo a alguns anos no Paraná, porém fica mais intenso a partir do primeiro mandato de presidente do Fernando Henrique Cardoso (FHC), que realiza reformas no Estado em busca da racionalização das ações públicas e de um modelo gerencial de educação.

O FUNDEF foi acompanhado de programas como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do governo federal. O FUNDEF tem seus pontos positivos quando faz a subvinculação dos recursos, mas falhou ao tentar atingir a meta da universalização da educação fundamental com qualidade,

Mas os problemas não pararam por aí. Embora esses programas efetivamente estejam contribuindo para que haja o aumento das matrículas no ensino fundamental, a precariedade financeira tem conduzido ao aumento do número de vagas sem que se processe a necessária expansão da rede física escolar e sem a melhoria das instalações existentes. (AZEVEDO, 2002, p.63).

A municipalização do modo que vem ocorrendo demonstra que a União e o Estado não consideram a diversidade do município, pois repassa decisões tomadas para que este último simplesmente execute, o que demonstra a não existência de democracia entre os entes (AZEVEDO, 2002).

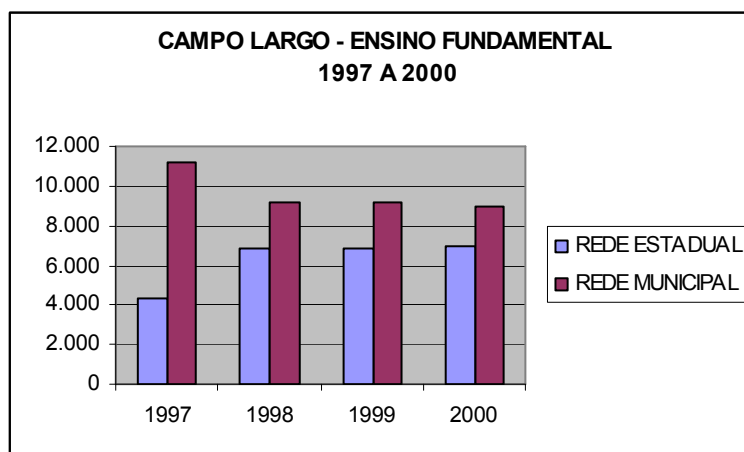
2.2 A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO EM CAMPO LARGO

A municipalização que ocorreu na cidade de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba teve características interessantes de serem estudadas, ela é, concomitantemente, estadualização, ou seja, o processo pelo qual o governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Estado da Educação (SEED), assume as 4 (quatro) séries finais do Ensino Fundamental em vários municípios do estado, inclusive nesta cidade.

Neste processo, ao se analisar o Termo Cooperativo de Parceria Educacional (TCPE) firmado entre estado e município, consta como obrigação da SEED “manter em parceria os prédios estaduais e equipamento, quando utilizados pela SEED-PR” (1992), mas, no caso em estudo, na maioria dos prédios ocupados só havia escolas municipais e nestas o município geria todas as etapas do Ensino Fundamental.

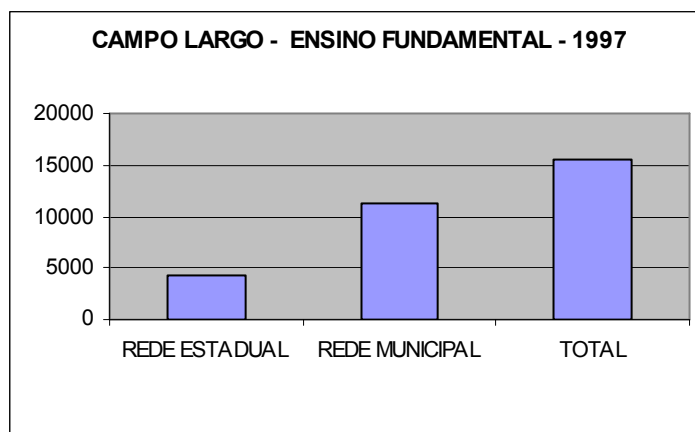
Na cidade havia escolas estaduais que ofertavam as etapas finais do Ensino Fundamental, porém nesta municipalização/estadualização ocorrida nos anos de 1998/1999, o estado não somente assume os alunos, como também cria novas escolas nos ambientes das escolas municipais.

No gráfico a seguir é possível visualizar o número de alunos matriculados⁵ no Ensino Fundamental no ano de 1997 a 2000.



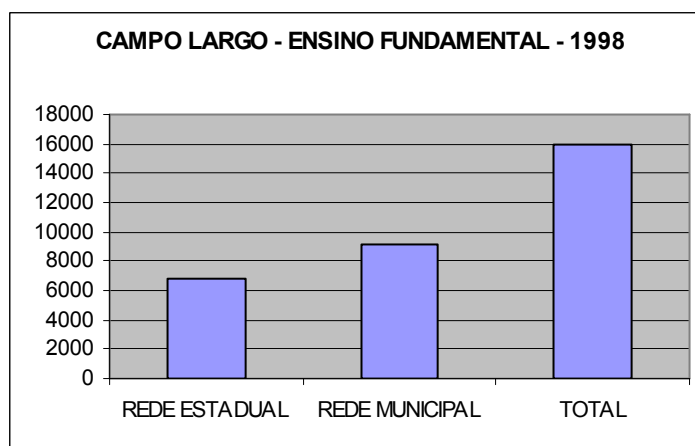
⁵ Dados obtidos no endereço <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

No ano de 1997, na rede estadual havia 4339 alunos, a rede municipal possuía 11176 alunos, o que perfazia um total de 15515 alunos matriculados no ano de 1997 no Ensino Fundamental.



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

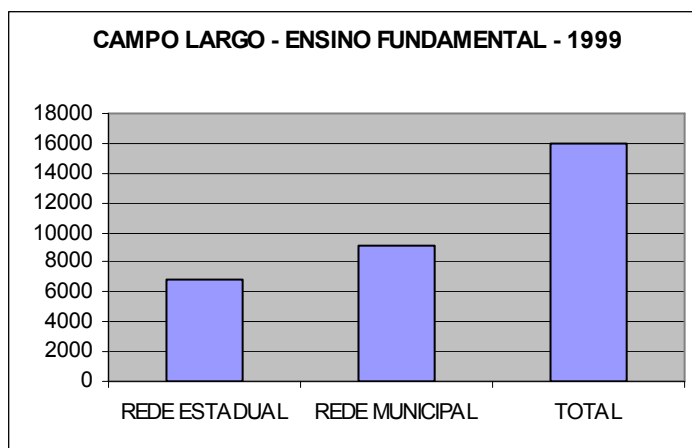
O processo de estadualização começa no ano de 1998, conforme demonstrado abaixo:



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

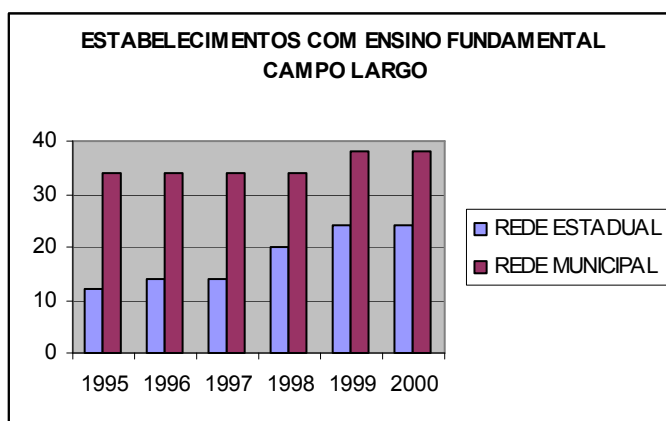
No ano de 1998 é que o estado assume a última etapa do Ensino Fundamental na cidade, a rede estadual passa a contar com 6817 alunos, a rede municipal fica com 9156 alunos, o total de alunos neste período fica muito próximo ao do ano anterior, o seu total são 15973 alunos.

O próximo gráfico serve para nos mostrar que não houve um crescimento no número de matrículas no ano de 1999, apesar de que neste período foi autorizada a funcionar mais 3 (três) estabelecimentos de ensino.



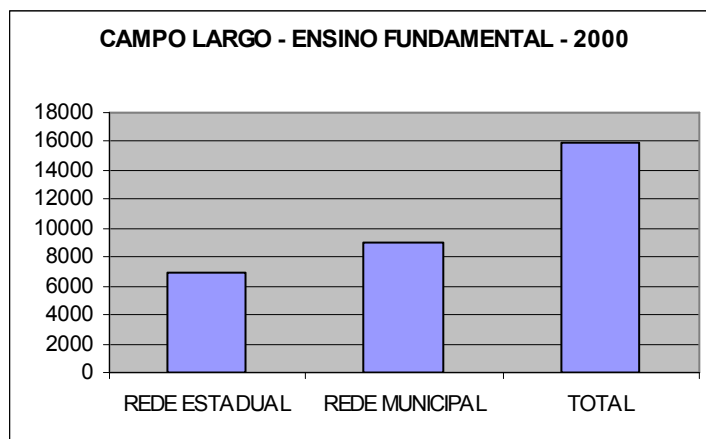
Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Neste ano a rede estadual conta com 6812 alunos, a rede municipal com 9134, sendo que o total de alunos é 15946 alunos. As escolas que foram criadas tiveram a implantação do Ensino Fundamental de forma gradativa conforme consta em seus respectivos Projetos Político Pedagógico (PPP).



Fontes: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>
<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.js>

O ano de 2000 já mostra um reflexo da implantação das escolas autorizadas a funcionar no ano de 1999.



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

A rede estadual conta com 6938 alunos, a rede municipal com 9009 alunos, sendo que o total do período é 15947 alunos. Neste ano já é possível perceber que a rede estadual teve um crescimento no número de alunos devido à criação das três escolas em 1999, a rede municipal permanece estabilizada.

Este período analisado nos mostra o que ocorreu com as matrículas no processo de municipalização/estadualização, um período como vimos que ocorre a busca de um modelo gerencial de educação. É interessante também destacar que com a implantação do FUNDEF, este tem por objetivo financiar o Ensino Fundamental e neste período o governo do Estado requer para si a etapa final do Ensino Fundamental.

Como nos mostra Castro (2010), o FUNDEF “[...] fez com que uma grande parcela de recursos estaduais fosse transferida para os municípios”. (2010, p.179) e contra esta perda o governo reage, pois o repasse de verbas do fundo tem por base o número de alunos matriculados, sem esquecer também que as demais modalidades de ensino tinham ficado a margem deste fundo, portanto a busca de recursos é um dos motivadores desta estadualização.

3 DUALIDADE ADMINISTRATIVA

No período analisado a ênfase recaía na gestão do ensino, sendo que o “pressuposto é de que há necessidade de desburocratização da gestão educacional e de fortalecimento da autonomia da escola, orientação respaldada, segundo a SEED, pela Constituição Federal e pela Lei 9394/96” (TAVARES, 2004, p.40). Um período que se pode chamar gerencial, onde a educação era vista como atrasada por não possuir um sistema eficiente de gestão.

Tudo isso tinha como objetivo a obtenção de resultados e ter uma escola melhor gerenciada, descentralizada e com a participação da comunidade local. Nesta visão a autonomia da escola levaria a um fortalecimento do gestor escolar, ao seu fortalecimento e aperfeiçoamento.

Porém, o que os técnicos não perceberam, ou perceberam e não deram importância é que uma escola que já estava funcionando de maneira precária, agora iria funcionar de maneira ainda mais defasada, pois de agora em diante haveria duas redes distintas vivendo no mesmo espaço físico.

Nestas escolas o processo de municipalização/estadualização criou a *Dualidade Administrativa*, ou seja, duas direções que devem seguir, cada uma, o que a sua mantenedora propõe, porém com a proposta de colaboração entre estado e município não previu todas as necessidades funcionamento escolar cotidiano.

A parceria do uso do prédio não é tão fácil como se pode pensar. A escola que foi criada na estadualização é vista como “um corpo estranho” e tem seus direitos tolhidos frente à escola que já ocupava o prédio antes de todo esse processo. Como se percebe no Projeto Político Pedagógico de uma das escolas em que é destacado que “no início de suas atividades em 1999, o Colégio 1 utilizava apenas uma sala improvisada para Secretaria, Equipe Pedagógica, Sala dos Professores e Direção” (PPP COLÉGIO 1, 2010, p.7).

A dualidade administrativa criada no período do lernismo, em que são criadas escolas estaduais em estabelecimentos de ensino municipais, se estende até os dias atuais, o seu substituto no governo estadual, Roberto Requião (PMDB - 2003 a 2010), não construiu prédios escolares para acabar com essa situação. O Atual governo Beto Richa (PSDB – 2011 a 2014) está iniciando e ainda não há como

saber qual é a sua posição com relação à dualidade, mas é pouco provável que esta situação irá mudar.

Entre as dificuldades criadas por essa convivência de duas administrações em um mesmo espaço físico salienta-se a questão obviamente decorrente da gestão escolar, o que veremos no próximo tópico.

4 GESTÃO ESCOLAR

Para que a escola atinja os seus objetivos, há necessidade que todo o conjunto esteja em harmonia: a direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos. Não se pode esquecer também a parte física da escola, com seu prédio e toda estrutura que está à disposição para atender a comunidade escolar.

A direção da unidade escolar é responsável por gerir todo esse conjunto e fazer com que as políticas públicas educacionais sejam realmente efetivadas neste ambiente. A gestão que deve ser utilizada é a democrática, a qual conta com a participação de todos para as decisões que dizem respeito ao bom andamento da escola.

Os órgãos colegiados como: Conselho Escolar; Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e o Grêmio Estudantil compõem o universo da gestão democrática. Porém não se pode esquecer “que toda comunidade é uma ordem política, uma *polis*, e todo indivíduo um *zoon politikon*” (NOGUEIRA, 2004, p.62).

A gestão escolar é, portanto, um fenômeno político que envolve disputa e dominação, o que nos remete a analisar se a participação é realmente democrática. Toda a ação política visa o poder e este que torna a gestão um processo político e no nosso caso, como se processará a política escolar.

O poder é a capacidade de levar as demais pessoas a aceitarem certa decisão, mesmo que não concordem plenamente, imposta por quem possui este poder. Como nos lembra Bourdieu (2010, p.7), o poder é “exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

A política escolar visa o poder que vem da capacidade dos homens agirem em conjunto visando um bem comum e fazendo uso do diálogo como forma de chegar à democracia. Não podemos esquecer que todo esse processo “representa operar a disputa com (grupos de) pessoas rivais em relação a diferentes compreensões, na busca pelo controle sobre a própria escola” (SOUZA, 2009, p.125).

A gestão democrática quando posta em prática visa atender ao interesse de toda a comunidade escolar e educar a todos para a prática coletiva de decisões. Há

de se ter o cuidado para que no ambiente escolar não se reproduza o autoritarismo, que está fora de seus muros e que facilmente é percebido dentro, quando ocorrem classificações e hierarquizações que vão contra a prática educativa.

A decisão política dentro da escola pode ser designada como *autonomia construída* (BARROSO, 1996), ou seja, a tomada de decisão do gestor local da escola utilizando a gestão democrática com vistas a alcançar objetivos coletivos.

Essa autonomia é derivada de vários interesses como os políticos, pedagógicos, profissionais, portanto resulta do equilíbrio dessas forças internas e externas que agem na escola e é construída na interação com estes diferentes fatores.

A gestão escolar tem sido alvo de vários estudos: Souza (2009), Camargo (1997), Gutierrez & Catani (2000), Martins (2001); não sendo um tema fácil e que muitas vezes acaba deixando alguns elementos sem um aprofundamento teórico.

A gestão autônoma e democrática é complicada de ser posta em prática quando esta é realizada em uma escola que está dividida “ao meio”, por causa da municipalização/estadualização.

A questão mais explícita é a do uso do espaço físico. Nas escolas com dualidade administrativa, há os espaços de uso comum como: cozinha, banheiro, quadra de esporte, biblioteca, secretaria, onde a comunidade escolar divide o uso. Há as salas de aulas que são utilizadas por ambas e outras que servem a cada escola. Muitas vezes fica pendente qual a mantenedora responsável pela manutenção desses espaços e dos equipamentos escolares que é a condição primária da realização da atividade pedagógica.

Não podemos esquecer como já mencionado, que acima de tudo a escola é um espaço político e que ocorrem conflitos e tomadas de decisões que mostram que o poder está circulando em seus ambientes. Para o gestor já é complicado gerir sua escola, agora com a adição de outro elemento, o compartilhamento do mesmo prédio por duas escolas, o ambiente fica propício a maus entendidos e gerando situações difíceis de se resolver. Tal tensionamento se acirra se a ela se articula diretamente a disputa entre duas mantenedoras no processo de gerir recursos, ainda mais se a direção for a de diminuição de gastos e *otimização de recursos*.

Num estudo realizado pela UNESCO em 2003 e que resultou no livro *Escolas inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas*⁶ é demonstrado a importância do clima escolar e o papel do diretor, o uso do diálogo, a ressignificação do espaço físico. É interessante notar que estudo traz componentes que contribuem para o bom desempenho das escolas:

1) o clima da escola (ambiente escolar, relações entre as pessoas); 2 a organização e a disciplina como elementos que valorizam a escola; 3) a importância das bibliotecas, laboratórios de informática, ciências e quadras de esporte; e, 4) a importância do trabalho articulado com as secretarias municipais e estaduais e com as demais escolas de rede e do município (VIEIRA, 2009, p.157).

O estudo tinha como objetivo verificar as escolas que fazem a diferença em regiões de alta vulnerabilidade, mas torna-se interessante para nós, pois alguns dos fatores citados podem ser analisados nas escolas com dualidade administrativa.

Quem já vivenciou uma escola com dualidade administrativa pode perceber que o clima da escola interfere no relacionamento entre as pessoas no dia a dia, a organização e os espaços aonde a comunidade escolar irá se organizar e a falta que faz um trabalho articulado entre a secretaria municipal e estadual de educação.

4.1 PROBLEMAS DE GESTÃO NAS ESCOLAS COM DUALIDADE ADMINISTRATIVA

O município de Campo Largo possui 35 escolas municipais que atendem a primeira etapa do Ensino Fundamental, sendo que na sua grande maioria atendem a Educação Infantil e há também escolas e centros de Educação Infantil. Na cidade o governo do Estado do Paraná possui 25 escolas que possuem Ensino Médio e as últimas séries do Ensino Fundamental, destas 16⁷ possuem dualidade administrativa.

Das escolas com dualidade administrativa 1 (uma) foi estadualizada pela Lei 3585 de 28/02/58, 2 (duas) criadas pelo Decreto nº 2431/76 de 29/10/1976, 01 (uma) pelo Decreto nº 4963/82 de 13/04/1982, 2 (duas) foram criadas pela Resolução 276/96 de 18/01/96 e Resolução 153/96 de 31/01/96, 6 (seis) foram criadas pelo

⁶ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001317/131747por.pdf>>

⁷ No decorrer da pesquisa foi construído um prédio escolar para o Colégio Augusto Vanin, mas o mesmo consta na relação dos estabelecimentos com dualidade administrativa.

Decreto no 258/98 de 29/01/1998, 3 (três) criadas pela Resolução nº 743/99 de 08/02/99, 1 (uma) pela Resolução nº 8462693-7 de 16/02/05.

Destas escolas, 2 (duas) são administradas por congregação religiosa, 1 (uma) ocupa dependência em CAIC, 2 (duas) estão em prédio estadual, 11 (onze) ocupam prédio municipal. A dualidade administrativa ocorre nas 16 escolas, porém, onde o problema de espaço físico e relacionamento tem maior ênfase, é nas escolas que ocupam prédios municipais, conforme abaixo especificado.

NOME DA ESCOLA ESTADUAL	NOME DA ESCOLA MUNICIPAL	ANO DE IMPLANTAÇÃO	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO
ALBINA NOVAK M.	MAURO PORTUGAL	Resolução 276/96 de 18/01/96	----
AUGUSTO VANIN	DR CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Res. nº 8462693-7 de 16/02/05 - até 2010 novo prédio	1962
CASEMIRO KARMAN	15 DE OUTUBRO	Res. nº 062/98, de 11/03/1998	1988
DARLEI ADAD	MADALENA PORTELLA	Res. nº 743/99, DOE 08/02/99	1986
DJALMA MARINHO	MARIA JOANA F. MAROCHI	Decreto nº 4963/82 de 13/04/1982	1983
DOM PEDRO II	SOLIDARIEDADE	Decreto nº 2431/76 de 29/10/1976	1974
DR LENIRO RIBEIRO B.	1º DE MAIO	Res. 153/96 DOE de 31/01/096	1994
JOÃO F. KUSTER	JOSÉ ALEXANDRE SÁVIO	Resolução nº 258/ 98 de 05/ 03/ 98	1972
JOÃO XXIII	*PIO XII	Dec. nº 2431 de 29/10/1976 - *Municipalização	1966
JOSÉ RIBAS VIDAL	VEREADOR J. ANDREASSA	Resolução 741/99, DOE 09/03/99	1991
JULIO NERONE	MONSENHOR I. ZANLORENZI	Resolução no 258/98 de 29/01/98	1975
PADRE F. BELINOVSKI	INTEGRACAO COMUNITARIA	Resolução no 258/98 de 29/01/98	1998
PROF ALOÍSIO	NICOLAU M. DE CASTRO	Res. nº 258/98 de 29/01/1998	1983
SAGRADA FAMÍLIA	ANCHIETA	Estadualizado pela Lei 3585 de 28/02/58	1925
SÃO FRANCISCO DE A.	AUGUSTO P. DE PAULA	Decreto no 258/98 de 29/01/1998	1981
SEBASTIÃO C. LEAL	LUIZ RIVABEN	Res. n.º 929/99, de 13/03/1999	1969

Dados obtidos no endereço <http://www.redeescola.seed.pr.gov.br/modules/instalacao/localizarEscolas.php>

Dados obtidos no endereço <http://www4.pr.gov.br/escolas/dadosarquitetura.jsp>

Dados obtidos no endereço

<http://www.educacaocampolargo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>

A análise foi realizada no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas⁸ que estão publicados nos sites das respectivas escolas analisadas: Albina Novak M., Augusto Vanin, Casemiro Karman, Darlei Adad, Djalma Marinho, Dom Pedro II, Dr. Leniro Ribeiro Bittencourt, João Ferreira Kuster, João XXIII, José Ribas Vidal, Julio Nerone, Padre Francisco Belinovski, Prof. Aloísio, Sagrada Família, São Francisco de Assis, Sebastião Cardoso Leal.

A criação da nova escola se deu no ambiente da já existente e esta divisão teve como resultado a falta de espaço para ambas e isto é perceptível no relato da

⁸ Disponível em: <http://www.redeescola.seed.pr.gov.br/modules/instalacao/localizarEscolas.php>

escola estadual que “apesar do espaço físico ser limitado, toda a comunidade escolar trabalha de forma integrada e desenvolve um trabalho condizente com uma proposta reflexiva de ensino” (PPP COLÉGIO 1, 2010, p.8).

Os profissionais das escolas com dualidade administrativa estão cientes que o espaço físico pertence à Prefeitura Municipal “[...] desde então, nossa escola compartilha espaço com a escola municipal, sendo que o terreno das escolas é propriedade do município de Campo Largo.” (PPP COLÉGIO 2, 2010, p.3). Esta falta de espaço tem reflexos na educação dos alunos, pois estes não podem contar com certos recursos, como relatado: “não possuímos laboratório de Ciências, Química e Física, pois a Escola funciona em dualidade com o Município e não possui espaço físico para os mesmos”. (PPP COLÉGIO 3, p.13).

O fato de o prédio pertencer ao município deixa a escola estadual à mercê da outra, sendo que muitas medidas não levam em conta a qualidade do ensino, como por exemplo, quando “[...] um laboratório que foi extinto no ano de 2006 pela direção municipal” (PPP, COLÉGIO 4, 2010, p.8), e se foi mencionado é por que era de uso compartilhado e certamente fez falta para o desenvolvimento pedagógico.

O que ocorre em alguns casos é que além da divisão do espaço, os ambientes devem ser compartilhados, como neste caso em que:

O prédio onde funciona o Colégio é de propriedade da Prefeitura Municipal de Campo Largo. Dele são utilizadas cinco salas de aula, um banheiro masculino, um banheiro feminino, a cozinha, a biblioteca, a área coberta, a secretaria em conjunto, uma sala em conjunto para Equipe Pedagógica e direção. O colégio dispõe de algumas dependências que foram construídas pelo Governo do Estado do Paraná: 3 salas de aulas, 3 banheiros sendo um para deficiente físico, uma lavanderia e um laboratório de ciências. (PPP, COLÉGIO 4, 2010, p.5).

As escolas que enfrentam esta realidade esperam que esta situação não se eternize e isto é perceptível quando relata que “este Estabelecimento de Ensino ainda não possui sede própria, estamos aguardando a mudança para as novas instalações, onde não teremos dualidade administrativa.” (PPP, COLÉGIO 5, 2010, p.14).

Como já mencionado, o problema da Dualidade Administrativa afeta além do relacionamento entre as pessoas, o desenvolvimento pedagógico e a própria

comunidade escolar, tendo implicações para além da oferta do ensino fundamental. Com a obrigatoriedade do ensino médio agora estabelecida, a situação tende a se agravar, conforme se pode perceber nesta escola:

O espaço físico destinado à escola, não está condizente com a demanda de alunos da comunidade, visto que a escola não tem condições de ofertar Ensino Médio diurno devido à falta de infra-estrutura, uma vez que não possuímos salas de aula para receber esses alunos.

Os ambientes destinados ao laboratório e a uma sala de aula, na verdade fazem parte de um espaço improvisado, feitas com divisórias de madeira, sendo bastante falho na questão “acústica” do espaço. As salas destinadas à direção, equipe pedagógica e ao almoxarifado também são organizadas por divisórias. (PPP, COLÉGIO 6, 2010, p.14).

A falta de espaço físico gera insuficiência de ambientes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas para as escolas que o dividem:

De acordo com as condições físicas e materiais, a escola, proporciona um ambiente acolhedor e propício à aprendizagem; apesar de não possuímos ambientes pedagógicos adequados, pois as dependências da Escola Estadual (...) são compartilhadas com a Escola Municipal (...), fato que nos leva a enfrentar algumas dificuldades como o uso da quadra de esportes, a biblioteca que é dividida entre as escolas restringindo o espaço e, tornando difícil tanto à prática da leitura e pesquisa, sendo que ainda nela está instalado o laboratório de informática⁹, pois não existia outro espaço físico no estabelecimento para esse fim, dificultando ainda mais o uso desta. (PPP, COLÉGIO 7, 2010, p.12).

Nesta mesma escola como nas demais é sempre apontada uma solução:

Assim, diante de tantas dificuldades, imaginamos o quão conveniente e responsável seria, estabelecer um acordo e construir um novo prédio para a Escola Estadual (...), o que favoreceria ambas escolas, já que o espaço externo comportaria tal edificação. (id. Ibid.).

O Estado ao construir salas de aula em espaço municipal demonstra que não há interesse em construir uma sede própria para mudar esta realidade e que esta situação vai perdurar.

Outra situação que ocorre é que devido ao pouco espaço não é possível a ampliação do atendimento e quando isto ocorre, as adequações podem envolver mudanças que alteram o andamento do estabelecimento:

⁹ Para um melhor entendimento ver: SILVA, Alexandre Martins (2009). *A Implantação dos Laboratórios de Informática nas Escolas Públicas Estaduais de Campo Largo*. Monografia de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico. Curitiba: UFPR.

O ano de 2006 teve mudanças significativas na instituição:

* Início da implantação do Ensino Médio, que trouxe como consequência, a alteração do nome da Escola para Colégio;

* Alteração do turno de funcionamento da instituição do período da tarde para a manhã. (PPP, COLÉGIO 8, 2010, p.10)

Há casos também em que a escola municipal foi criada dentro da estrutura da escola estadual, como se vê neste exemplo que “em 1991, o Ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau (atualmente Ensino Fundamental) foi municipalizado de acordo com a Resolução nº 3312/91 de 27 de setembro de 1991” (PPP, COLÉGIO 9, 2010, p.6). Mas mesmo nestes casos a convivência não parece ser menos traumática, pois há cobranças da parte estadual diretamente a Secretaria Municipal de Educação:

No que se refere à cobertura da quadra esportiva fomos comunicados através do ofício nº 0667/05, no mês de outubro, pela Secretaria Municipal da Educação de Campo Largo que a cobertura da quadra já consta da programação da FUNDEPAR em parceria com o município, mas ainda é uma meta a atingir, pois as atividades com os alunos são desenvolvidas em dias quentes ao ar livre, prejudicando-os. (id. ibid., p.11).

A dualidade administrativa é um problema de gestão e que se deveria dar mais atenção, pois as escolas que passam por esta situação não podem desenvolver um trabalho pedagógico coerente, pois sempre terá um algo a mais para se preocupar:

Uma de nossas limitações é a falta de espaço, a falta de uma biblioteca própria (uma vez que este espaço é limitado pela escola municipal) a falta de segurança e principalmente o grande problema da dualidade administrativa que impossibilita maiores avanços. (PPP, COLÉGIO 2, 2010, p.4).

No PPP das escolas com dualidade administrativa e que funcionam em prédios municipais todas citam esta realidade, o que demonstra ser algo incômodo para a comunidade escolar.

Outro problema que surge é que o Ensino Médio fica no período noturno devido a falta de espaço e isto acaba refletindo nas reclamações dos pais e que em épocas de matrículas vemos frequentemente na televisão, logicamente nunca é mencionado o porquê de o atendimento ser noturno.

A dualidade administrativa é um problema para a comunidade escolar e parece que não sensibiliza os responsáveis, cito isso porque o PPP precisa de

aprovação e deve ser verificado pelos órgãos competentes, portanto, é de conhecimento das administrações municipal e estadual.

A solução, como é perceptível nos relatos, seria a construção de um espaço próprio para cada escola e isto é citado no PPP das escolas, porém isto implicaria em aumento do investimento em educação ao invés de redução de custos.

5 ANÁLISE DO IDEB

A busca pela construção da qualidade na educação é o objetivo que gestores, pais e professores almejam e para que isto de fato ocorra são necessárias certas medidas que auxilie as políticas educacionais a atingirem esta meta.

No Brasil a coleta de informações educacionais é uma prática antiga e que vem colaborando para que a Política Educacional possa fazer as adequações necessárias. Esses indicadores devem ser trabalhados para que a eficiência do sistema escolar possa sofrer adequações e suprir a quantidade com qualidade.

Um desses indicadores que o Brasil produz é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que utiliza informações da Prova Brasil e do Censo Escolar (aprovação) e tem o objetivo de promover melhorias nas redes federais, estaduais e municipais através do Ministério da Educação.

De nada adianta ter um índice como este se não for utilizado para a busca de melhorias educacionais e adequações na política educacional do país. Para evitar isso o governo federal incorporou o IDEB ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é uma iniciativa que investe nos municípios com mais baixos índices de qualidade do país.

Há necessidade de lançarmos um olhar mais apurado sobre este índice e perceber que muitas políticas, como a municipalização e estadualização, tem efeitos que muitas vezes só são perceptíveis quando analisamos minuciosamente estes dados.

Ao analisar o IDEB de escolas que passam por este processo, percebe-se a diferença do rendimento dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental, sendo estes menores que a dos seus colegas das séries iniciais, o que leva a acreditar que a dualidade administrativa pode estar causando, entre outros elementos, perda de rendimento aos alunos.

No município de Campo Largo as escolas estaduais com dualidade administrativa, com exceção da escola Estadual José Ribas Vidal (4,7), possuem o IDEB menor que as escolas municipais que ocupam o mesmo espaço.

O IDEB das escolas municipais em média é melhor do que das escolas estaduais, a maior nota do município é 6,4 (Escola Reino da Loucinha) e a maior nota estadual é 5,7 (Colégio Estadual Sagrada Família).

Dentre as escolas com dualidade administrativa temos o Colégio Estadual Sagrada Família (5,7) e o Colégio Estadual Dom Pedro II (4,8), a Escola Municipal Anchieta (6,1) e a Escola Municipal Solidariedade (4,9), que ocupam um prédio da congregação de irmãs da Sagrada Família de Maria e tem em ambas as escolas a direção sob sua responsabilidade. Neste espaço, devido a estrutura física, pressupõem-se não haver divergências entre as direções por causa da dualidade.

O Colégio Estadual Sagrada Família possui entre as escolas estaduais do município o maior IDEB (5,7) e a Escola Municipal Anchieta (6,1) está em segundo lugar, perdendo para a Escola Municipal Reino da Loucinha (6,4). Dentre as escolas com dualidade administrativa a segunda maior nota é do Colégio Estadual João XXIII (5,0) e a escola municipal com a segunda maior nota é a Escola Municipal Primeiro de Maio (5,7).

A maior nota de uma escola estadual sem dualidade é do Colégio Estadual Clotário Portugal (5,6) e a maior nota do município sem dualidade é da Escola Municipal Reino da Loucinha (6,4). A nota da escola municipal é a maior da cidade e o do colégio estadual é a segunda maior da cidade.

A menor nota do município com dualidade é da Escola Municipal José Andreassa (4,5) que é mais alta do que a menor nota do estado, do Colégio Estadual Albina Muginosk (3,4) e próxima da segunda melhor nota estadual com dualidade, do Colégio Estadual João XXIII (5,0).

A Escola Municipal Primeiro de Maio (5,7), a segunda maior nota com dualidade é mais alta que a segunda maior nota estadual do Colégio Estadual João XXIII (5,0) e igual ao do Colégio Estadual Sagrada Família (5,7), que é o primeiro dentre as escolas estaduais com dualidade administrativa.

Das escolas municipais com dualidade, somente 03 (três) não conseguiram atingir a meta do IDEB para 2009: E.M. Ivo Zanlorenzi (4,6) – meta 4,8; E.M. Mauro Portugal (4,6) – meta 4,8 e E.M. Caetano M. da Rocha (4,8) – meta 5,2. As demais, juntamente com as que não possuem dualidade, atingiram sua meta para o IDEB.

Das escolas estaduais com dualidade que ainda não tinham atingido a meta para 2009 foram 05 (cinco): C.E. João XXIII (5,0) – meta 5,2; C.E. Djalma Marinho (4,2) – meta 4,5; C.E. João Ferreira Kuster (4,2) – meta 4,5; C.E. Darlei Adad (4,1) – meta 5,0 e C.E. Albina Muginosk (3,4) – meta 3,9. As escolas sem dualidade e que não atingiram a meta foram 02 (duas): C.E. 1º Centenário (4,4) – meta 4,5 e C.E. Professora Edithe (3,5) – meta 4,1.

As escolas municipais estão mais desenvolvidas, quando se compara o índice do IDEB com relação às escolas estaduais. Nos ambientes onde há dualidade administrativa somente uma escola estadual (C.E. José Ribas Vidal – 4,7) ficou com nota superior ao da escola municipal (E.M. Vereador José Andreassa – 4,5), as demais ficaram com a nota abaixo das escolas municipais.

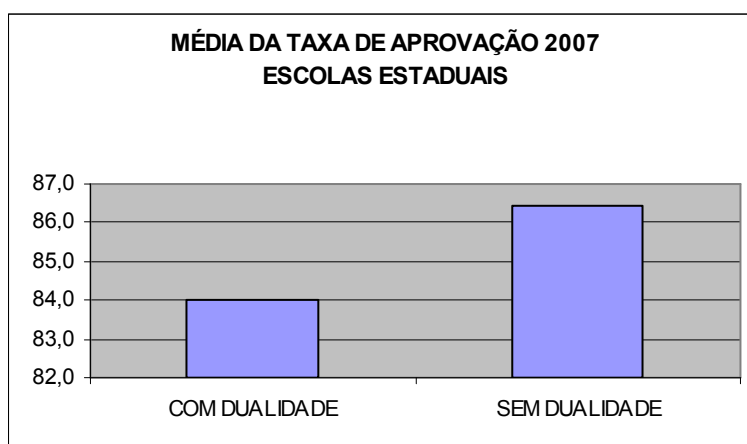
O que vem ocorrendo é que os alunos advindos das escolas municipais não deveriam perder o seu rendimento ao passarem para as escolas estaduais, o que está ocorrendo é uma ruptura entre a primeira etapa e a última do Ensino Fundamental.

As escolas municipais em sua grande maioria atingiram a meta do IDEB para 2009, as que não conseguiram atingir são escolas com dualidade administrativa. Com relação às escolas estaduais com dualidade que não atingiram a meta foram 05 (cinco), sendo que as escolas sem dualidade e que não atingiram a meta, eram escolas que possuíam dualidade administrativa até a algum tempo atrás (C.E. Primeiro Centenário (4,4) com a Escola Municipal O Ateneu (5,1) e o C.E. Profª Edithe com a E.M. Natal Pigatto (4,8)).

Os dados do IDEB nos mostram o indício sobre o processo de municipalização e da forma como ocorreu pode ter deixado marcas que precisam ser reparadas, pois se nada for feito para que ocorra a melhoria da qualidade de infraestrutura nestas escolas pode demorar alguns anos para que a qualidade supere a quantidade.

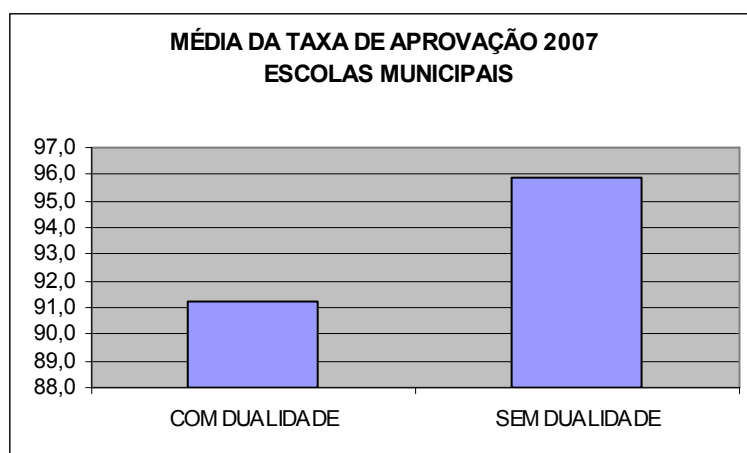
6 ANÁLISE DA TAXA DE RENDIMENTO

Ao analisar o índice de aprovação das escolas da cidade de Campo Largo se percebe o reflexo que a dualidade administrativa causa no desenvolvimento pedagógico nas escolas envolvidas. A análise será feita com base nos dados do ano de 2007 e 2010, utilizando a taxa de aprovação para as escolas estaduais da 5ª série/6º ano e para as escolas municipais o da 4ª série/5º ano. Considerando que já é um tempo razoável, desde que iniciado o processo que se está estudando.



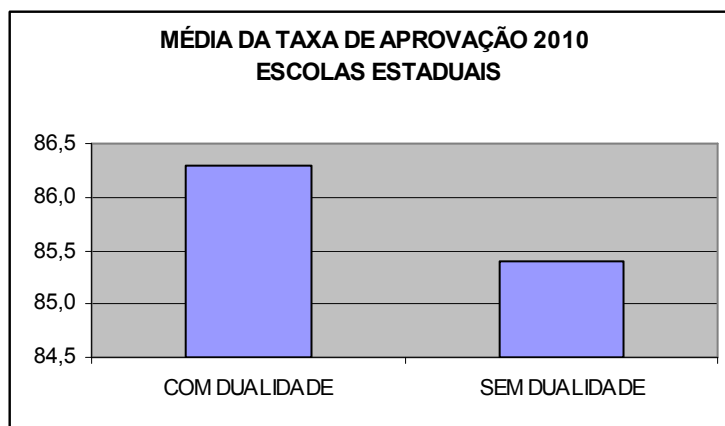
Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

A média das escolas estaduais com dualidade administrativa (84,00) fica abaixo das escolas estaduais sem dualidade administrativa (86,43).



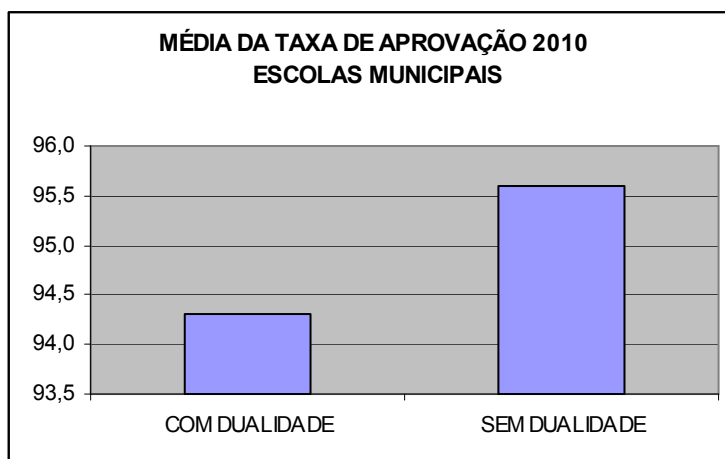
Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

O mesmo pode ser percebido agora com as escolas municipais, sendo que a média das escolas com dualidade administrativa (91,20) é inferior ao das escolas sem dualidade administrativa (95,90).



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

No ano de 2010 houve um aumento na média das escolas estaduais com dualidade administrativa (86,3) em relação às escolas estaduais sem dualidade (85,4).



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Nas escolas municipais no ano de 2010 teve pouca mudança nas médias, sendo que as escolas com dualidade administrativa (94,3) obtiveram uma melhora no rendimento em relação às escolas municipais sem dualidade administrativa (95,6).

Nas escolas estaduais nos anos analisados de 2007 e 2010 não houve mudanças significativas nas médias das escolas estaduais, houve certa aproximação das escolas com dualidade, das sem dualidade administrativa, porém nos dois períodos as médias são inferiores as das escolas municipais.

As escolas municipais com dualidade no mesmo período analisado, tiveram uma melhora no desempenho, mas continua inferior em comparação a média das escolas sem dualidade administrativa.

Está havendo uma perda no rendimento escolar dos alunos que passam da 4ª série/5º ano para a 5ª série/6º ano e esta perda é maior nas escolas que possuem dualidade administrativa. Esta ruptura demonstra que a dualidade administrativa não tem possibilitado a articulação pedagógica e causa efeitos negativos em cada rede em separado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Estado do Paraná a Dualidade Administrativa é fruto da descentralização da educação, sendo que também é chamado de estadualização e de municipalização. Independente da denominação é o processo em que respectivamente, uma instância assumiu a etapa final (6ª a 9ª série) e a outra a primeira etapa do Ensino Fundamental (1ª a 5ª série).

Esta divisão como muitos estudos demonstram opera uma divisão entre as séries iniciais e finais e que somado a isso a municipalização acirra os efeitos negativos de todo o processo e “[...] parece que o fato de esferas de governo distintas partilharem a oferta desta etapa da educação básica potencializa o efeito da desarticulação.” (ZAMPIRI, 2009, p.13).

Ao analisar o IDEB das escolas com dualidade administrativa se percebe que as escolas estaduais, possuem um rendimento inferior das escolas do município, fato que merece uma atenção, pois

É certo que há outros condicionantes que influenciam nos resultados estudantis, além do pertencimento prioritário ou não a determinada esfera de governo. Assim, localização geográfica das escolas, diferenças culturais, desigualdades sociais e econômicas, além de fatores internos das instituições escolares como formas de gestão e perfil de professores, são fatores que produzem diferenças no processo de ensino e aprendizagem e não são menos importantes. (id. *ibid.*, p.15).

O índice de aprovação demonstra que está havendo uma ruptura nas escolas que possuem dualidade administrativa entre a primeira e a última etapa do ensino fundamental e nestas não se esperaria que isto ocorresse. O que demonstra que a dualidade administrativa não possibilita a articulação pedagógica e ainda mais, piora as condições de cada rede em separado.

Na análise do Projeto Político Pedagógico das escolas se percebe que os fatores internos das escolas interferem tanto no ambiente da gestão, bem como no desempenho dos alunos. É interessante perceber que no PPP das escolas que foram criadas no ambiente dos prédios municipais, elas reclamam da dualidade administrativa e a identificam como um fator de entrave para o bom funcionamento do estabelecimento.

Nos estabelecimentos com dualidade administrativa devido à falta de espaço, há ambientes de uso compartilhado, onde duas direções devem gerir e dificilmente há divergência de idéias.

Um fator gerador de indagações é que o PPP para ser aprovado precisa de aprovação do Núcleo Regional de Educação e da SEED, e será que nenhum responsável prestou atenção que no PPP das escolas com dualidade, há certo “pedido de ajuda” por parte da comunidade escolar ao escrever sobre este fato e ainda salientar que a escola poderia atender melhor a comunidade se não fosse por estes entraves.

Tudo isso leva a crer que no Estado do Paraná a dualidade é fruto da lógica financeiro administrativa, fato este que fica mais evidente devido a criação do FUNDEF e para isso era preciso um acordo entre governo e município e que só foi conseguido por que havia convergência de idéias.

A lógica gerencial utilizada no período deixa de observar o quão danoso é dividir uma escola para instalar uma nova e esta inicialmente sem conter o básico que seriam carteiras, espaços apropriados para o seu funcionamento. Para a escola que existia o espaço poderia ser o adequado, mas ao dividi-la a impede de ampliar o seu atendimento para a comunidade.

Os reflexos de todo esse processo acabam sendo sentidos no ensino e estas “práticas, entre as quais se inscreve a municipalização do ensino, pouco têm contribuído para que se efetive a universalização da educação fundamental com qualidade” (AZEVEDO, 2002, p.60), sendo esta a meta que se espera há muito que se fazer nas escolas com dualidade administrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento.** In: OLIVEIRA, Romualdo Portella de; SANTANA, Wagner. (Org.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal.** Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 49-71.

BARBOSA, Aparecida Reis (2008). **A Relação Estado/Município na passagem da 4ª para a 5ª série em Curitiba.** Dissertação de Mestrado. UFPR - Educação. Curitiba/PR.

BARROSO, João. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída.** In: BARROSO, João. O estudo da Escola. Porto: Porto Ed., 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMARGO, R. B. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992).** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 1997.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos.** In: OLIVEIRA, Romualdo Portella de; SANTANA, Wagner. (Org.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

CUNHA, Maria Couto. **A descentralização da gestão da educação e a municipalização do ensino, como temas de estudos recentemente produzidos no Brasil.** GT: Estado e Política Educacional / n.05, 2006, UFBA.

GUTIERREZ, G. L.; CATANI, A. M. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo; Cortez, 2000.

MARTINS, A. M. **Gestão autônoma da escola pública.** In: 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu, Minas Gerais, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Jussara Maria Tavares Puglielli. **O processo de municipalização no Estado do Paraná.** Educar, Curitiba, n. 22, p. 257-279. 2003. Editora UFPR.

SILVA, Alexandre Martins **A Implantação dos Laboratórios de Informática nas Escolas Públicas Estaduais de Campo Largo**. Monografia de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

SOARES, Marcos Aurélio Silva. **A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino**: razões e determinações. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

SOUZA, Donaldo Bello; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil**: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

TAVARES, Tais Moura. **Gestão Pública do Sistema de Ensino do Paraná** (1995-2002). Tese de Doutorado em Educação e Currículo. São Paulo: PUC – SP, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica**: política e gestão da escola. Brasília: Líber Livro, 2009.

ZAMPIRI, Marilene. **Políticas educacionais e resultados estudantis**: a medida da política em ação. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

ANEXOS**IDEB DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPO LARGO**

	ESCOLA ESTADUAL	IDEB 2009	META PROJETADA 2009
1	1. CENTENARIO ¹⁰	4,4	4,5
2	ALBINA NOVAK MUGINOSK	3,4	3,9
3	ALOISIO	4,0	-
4	AUGUSTO VANIN	4,5	-
5	CASEMIRO KARMAN	4,5	3,9
6	CEEBJA PROF DOMINGOS CAVALLI	-	-
7	CLOTARIO PORTUGAL	5,6	5,4
8	CONSTANTINO MAROCHI	4,4	4,3
9	DARLEI ADAD	4,1	5,0
10	DJALMA MARINHO	4,2	4,5
11	EDITHE	3,5	4,1
12	FRANCISCO BELINOVSKI	4,5	3,9
13	GERALDINA DA MOTA	4,1	4,1
14	JOAO FERREIRA KUSTER	4,2	4,5
15	JOAO XXIII	5,0	5,2
16	JOSE RIBAS VIDAL	4,7	3,3
17	JULIO NERONE	4,5	4,4
18	LENIRO R. BITTENCOURT	3,9	3,7
19	MACEDO SOARES	4,6	4,1
20	OTALIPIO P. DE ANDRADE	4,0	-
21	PEDRO II	4,8	-
22	SAGRADA FAMILIA	5,7	5,4
23	SAO FRANCISCO DE ASSIS	3,7	-
24	SAO PEDRO E SAO PAULO	5,1	3,9
25	SEBASTIAO CARDOSO LEAL	-	-

Dados obtidos no endereço <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

¹⁰ Esta nota foi corrigida conforme notícia publicada em:
<http://www.nre.seed.pr.gov.br/amsul/modules/noticias/article.php?storyid=235>

IDEB DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPO LARGO

	ESCOLA MUNICIPAL	IDEB 2009	META PROJETADA 2009
1	15 DE OUTUBRO	4,9	4,2
2	AFFONSO A. DA CUNHA FILHO	-	-
3	ALBINA G.WINHESKI,	5,3	4,6
4	ALMEDE B GALDINO	4,7	4,7
5	ANCHIETA	6,1	6,1
6	AUGUSTO PIRES DE PAULA	4,9	3,0
7	CAETANO M. DA ROCHA	4,8	5,2
8	CARLOS D. DE ANDRADE	6,0	5,4
9	EDGARD MAROCHI	4,1	5,2
10	FINA DONA	4,7	4,8
11	HANS E.SCHMIDT	5,3	4,7
12	INTEGRACAO COMUNITARIA	5,5	4,7
13	IVO ZANLORENZI	4,6	4,8
14	JOAO SANTANA	4,5	4,3
15	JOSE ALEXANDRE SAVIO	4,7	4,7
16	JOSE ANDREASSA	4,5	4,1
17	LENOVI A. TORRES	5,0	5,9
18	LUIZ JULIO	5,5	4,9
19	LUIZ RIVABEN	4,5	-
20	LUIZA G. MONTEIRO	4,7	4,2
21	MADALENA PORTELLA	5,0	4,5
22	MARIA JOANA F.MAROCHI	4,7	5,1
23	MAURO PORTUGAL	4,6	4,8
24	NATAL PIGATTO	4,8	4,9
25	NICOLAU M. DE CASTRO	5,7	4,6
26	O ATENEU	5,1	4,9
27	PEDRO KAMINSKI	4,8	-
28	PIO XII	5,6	5,9
29	POLICARPO MIRANDA	5,4	4,8
30	PRIMEIRO DE MAIO	5,7	5,1
31	REINO DA LOUCINHA	6,4	6,1
32	ROSALIA A.REMONATO	5,9	5,8
33	SAO PEDRO	-	-
34	SETE DE SETEMBRO	5,4	5,6
35	SOLIDARIEDADE	4,9	5,2

IDEB DAS ESCOLAS COM DUALIDADE ADMINISTRATIVA DE CAMPO LARGO

NOME DA ESCOLA ESTADUAL	IDEB 2009	NOME DA ESCOLA MUNICIPAL	IDEB 2009
ALBINA NOVAK M.	3,4	MAURO PORTUGAL	4,6
AUGUSTO VANIN	4,5	DR CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	4,8
CASEMIRO KARMAN	4,5	15 DE OUTUBRO	4,9
DARLEI ADAD	4,1	MADALENA PORTELLA	5,0
DJALMA MARINHO	4,2	MARIA JOANA F.MAROCHI	4,7
DOM PEDRO II	4,8	SOLIDARIEDADE	4,9
DR LENIRO RIBEIRO BITTENCOURT	3,9	PRIMEIRO DE MAIO	5,7
JOÃO F. KUSTER	4,2	JOSÉ ALEXANDRE SÁVIO	4,7
JOÃO XXIII	5,0	PIO XII	5,6
JOSÉ RIBAS VIDAL	4,7	VEREADOR JOSE ANDREASSA	4,5
JULIO NERONE	4,5	MONSENHOR IVO ZANLORENZI	4,6
PADRE FRANCISCO BELINOVSKI	4,5	INTEGRACAO COMUNITARIA	5,5
PROF ALOÍSIO	4,0	NICOLAU M. DE CASTRO	5,7
SAGRADA FAMÍLIA	5,7	ANCHIETA	6,1
SÃO FRANCISCO DE ASSIS	3,7	AUGUSTO P. DE PAULA	4,9
SEBASTIÃO CARDOSO LEAL	-	LUIZ RIVABEN	4,5

Dados obtidos no endereço <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPO LARGO

	ESCOLA MUNICIPAL	MODALIDADE
1	15 DE OUTUBRO	ED. INF. E ENS.FUND.
2	AFFONSO A. DA CUNHA FILHO	ED. INF. E ENS.FUND.
3	ALBINA G.WINHESKI,	ED. INF. E ENS.FUND.
4	ALMEDE B GALDINO	ED. INF. E ENS.FUND.
5	ANCHIETA	ED. INF. E ENS.FUND.
6	AUGUSTO PIRES DE PAULA	ED. INF. E ENS.FUND.
7	CAETANO M. DA ROCHA	ED. INF. E ENS.FUND.
8	CARLOS D. DE ANDRADE	ED. INF. E ENS.FUND.
9	EDGARD MAROCHI	ED. INF. E ENS.FUND.
10	FINA DONA	ED. INF. E ENS.FUND.
11	HANS E.SCHMIDT	ED. INF. E ENS.FUND.
12	INTEGRACAO COMUNITARIA	ED. INF. E ENS.FUND.
13	IVO ZANLORENZI	ED. INF. E ENS.FUND.
14	JOAO SANTANA	ED. INF. E ENS.FUND.
15	JOSE ALEXANDRE SAVIO	ED. INF. E ENS.FUND.
16	JOSE ANDREASSA	ED. INF. E ENS.FUND.
17	LENOVI A. TORRES	ED. INF. E ENS.FUND.
18	LUIZ JULIO	ED. INF. E ENS.FUND.

19	LUIZ RIVABEN	ED. INF. E ENS.FUND.
20	LUIZA G. MONTEIRO	ED. INF. E ENS.FUND.
21	MADALENA PORTELLA	ED. INF. E ENS.FUND.
22	MARIA JOANA F.MAROCHI	ED. INF. E ENS.FUND.
23	MAURO PORTUGAL	ED. INF. E ENS.FUND.
24	NATAL PIGATTO	ED. INF. E ENS.FUND.
25	NICOLAU M. DE CASTRO	ED. INF. E ENS.FUND.
26	O ATENEU	ED. INF. E ENS.FUND.
27	PEDRO KAMINSKI	ED. INF. E ENS.FUND.
28	PIO XII	ED. INF. E ENS.FUND.
29	POLICARPO MIRANDA	ED. INF. E ENS.FUND.
30	PRIMEIRO DE MAIO	ED. INF. E ENS.FUND.
31	REINO DA LOUCINHA	ED. INF. E ENS.FUND.
32	ROSALIA A.REMONATO	ED. INF. E ENS.FUND.
33	SAO PEDRO	ENS.FUND.
34	SETE DE SETEMBRO	ED. INF. E ENS.FUND.
35	SOLIDARIEDADE	ED. INF. E ENS.FUND.

Dados obtidos no endereço <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.js>

ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPO LARGO

	ESCOLA ESTADUAL	MODALIDADE
1	1. CENTENARIO	E FUND MEDIO
2	ALBINA NOVAK MUGINOSK	E FUND MEDIO
3	ALOISIO	E FUND MEDIO
4	AUGUSTO VANIN	E FUND MEDIO
5	CASEMIRO KARMAN	E FUND MEDIO
6	CEEBJA PROF.DOMINGOS CAVALLI	E FUND MEDIO
7	CLOTARIO PORTUGAL	E FUND MEDIO
8	CONSTANTINO MAROCHI	E FUND
9	DARLEI ADAD	E FUND
10	DJALMA MARINHO	E FUND MEDIO
11	EDITHE	E FUND MEDIO
12	FRANCISCO BELINOVSKI	E FUND MEDIO
13	GERALDINA DA MOTA	E FUND MEDIO
14	JOAO FERREIRA KUSTER	E FUND MEDIO
15	JOAO XXIII	E FUND MEDIO
16	JOSE RIBAS VIDAL	E FUND
17	JULIO NERONE	E FUND MEDIO
18	LENIRO R.BITTENCOURT	E FUND MEDIO
19	MACEDO SOARES	E FUND MEDIO
20	OTALIPIO P. DE ANDRADE	E FUND MEDIO
21	PEDRO II	E FUND MEDIO
22	SAGRADA FAMILIA	E FUND MEDIO E NORMAL
23	SAO FRANCISCO DE ASSIS	E FUND MEDIO
24	SAO PEDRO E SAO PAULO	E FUND MEDIO
25	SEBASTIAO CARDOSO LEAL	E FUND MEDIO

Dados obtidos no endereço <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.js>

ESCOLAS COM DUALIDADE ADMINISTRATIVA

NOME DA ESCOLA ESTADUAL	NOME DA ESCOLA MUNICIPAL	ANO DE IMPLANTAÇÃO	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO
ALBINA NOVAK M.	MAURO PORTUGAL	Resolução 276/96 de 18/01/96	----
AUGUSTO VANIN	DR CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Res.nº 8462693-7 de 16/02/05 - até 2010 novo prédio	1962
CASEMIRO KARMAN	15 DE OUTUBRO	Res.nº 062/98, de 11/03/1998	1988
DARLEI ADAD	MADALENA PORTELLA	Res. nº 743/99, DOE 08/02/99	1986
DJALMA MARINHO	MARIA JOANA F.MAROCHI	Decreto nº 4963/82 de 13/04/1982	1983
DOM PEDRO II	SOLIDARIEDADE	Decreto nº 2431/76 de 29/10/1976	1974
DR LENIRO RIBEIRO BITTENCOURT	1º DE MAIO	Res. 153/96 DOE de 31/01/096	1994
JOÃO F. KUSTER	JOSÉ ALEXANDRE SÁVIO	Resolução nº 258/ 98 de 05/ 03/ 98	1972
JOÃO XXIII	*PIO XII	Dec. nº 2431 de 29/10/1976 - *Municipalização	1966
JOSÉ RIBAS VIDAL	VEREADOR JOSE ANDREASSA	Resolução 741/99, DOE 09/03/99	1991
JULIO NERONE	MONSENHOR IVO ZANLORENZI	Resolução no 258/98 de 29/01/98	1975
PADRE FRANCISCO BELINOVSKI	INTEGRACAO COMUNITARIA	Resolução no 258/98 de 29/01/98	1998
PROF ALOÍSIO	NICOLAU M. DE CASTRO	Res. nº 258/98 de 29/01/1998	1983
SAGRADA FAMÍLIA	ANCHIETA	Estadualizado pela Lei 3585 de 28/02/58	1925
SÃO FRANCISCO DE ASSIS	AUGUSTO P. DE PAULA	Decreto no 258/98 de 29/01/1998	1981
SEBASTIÃO CARDOSO LEAL	LUIZ RIVABEN	Res. n.º 929/99, de 13/03/1999	1969

Dados obtidos no endereço <http://www.redeescola.seed.pr.gov.br/modules/instalacao/localizarEscolas.php>
 Dados obtidos no endereço <http://www4.pr.gov.br/escolas/dadosarquitetura.jsp>
 Dados obtidos no endereço <http://www.educacaocampolargo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>